



**ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO
E CONTAS PÚBLICAS
CONSELHEIRO EURÍPEDES
SALES**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU EM NÍVEL DE
ESPECIALIZAÇÃO:**

**“FORMAÇÃO DO ESTADO:
ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA”**

2023



1. SOBRE O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DO ESTADO ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA

Justificativa do curso

A Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo oferece cursos em diversos campos do conhecimento e formatos. A Escola tem se destacado na promoção de eventos profissionais e acadêmicos, publicações desenvolvimento de pesquisas e oferta de cursos. Uma das modalidades de curso oferecida é de pós-graduação no formato de especialização.

Dessa forma, a instituição elaborou o presente projeto pedagógico propondo a criação do curso de Pós-Graduação em nível de Especialização, denominado: “Formação do Estado: Ética e Filosofia Política”, planejado e estruturado de acordo com os critérios da Deliberação CEE nº 197 de 03 de março de 2021, que dispõe sobre sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação nos cursos de pósgraduação lato sensu (especialização) do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.

Objetivos do curso

Distribuído em doze disciplinas de 30 horas cada, o Curso de Especialização em “Formação do Estado: Ética e Filosofia Política” tem por objetivo oferecer aos cursistas um conjunto de ferramentas teórico-metodológicas para:

- a) Compreender os conceitos fundamentais do pensamento político, ético e jurídico clássico e contemporâneo;
- b) O entendimento das noções basilares da ciência jurídica, da ética e da ciência política;
- c) Compreender o desenvolvimento histórico e sistemático da tradição do pensamento ético, político e jurídico no Ocidente;
- d) Analisar as principais obras e autores da Filosofia Política e da Teoria do Direito na Antiguidade Clássica;



- e) Analisar as principais obras e autores da Filosofia Política e da Teoria do Direito na Idade Média;
- f) Analisar as principais obras e autores da Filosofia Política e da Teoria do Direito na Idade Moderna;
- g) Analisar as principais obras e autores da Filosofia Política e da Teoria do Direito na Contemporaneidade;
- h) Compreender os fundamentos filosóficos da Teoria do Estado.
- i) Análisar os documentos fundamentais da história do constitucionalismo e dos Direitos Humanos



Módulos e Disciplinas	Carga Horária	Docente	Titulação
ÉTICA			
Ética I	30	Daniel Bruno da Silva	Mestre e Doutorando
Ética II	30	Luis Eduardo Morimatsu Lourenço	Doutor
Ética III	30	Julio de Souza Comparini	Doutor
<i>Carga Horária do Módulo de Ética</i>	90		
DIREITO			
Teoria Geral do Direito	30	Luis Eduardo Morimatsu Lourenço	Doutor
História da Administração Pública no Brasil	30	Danilo André Fuster	Mestre
Direitos Humanos	30	Valdir Godoi Buqui Netto	Mestre
Compliance	30	Silvio Gabriel Serrano Nunes	Doutor
<i>Carga Horária do Módulo de Direito</i>	120		
POLÍTICA			
Teoria Política I: Antiga e Medieval	30	Silvio Gabriel Serrano Nunes	Doutor
Teoria Política II: Moderna	30	Silvio Gabriel Serrano Nunes	Doutor
Teoria Política III: Contemporânea	30	Maria Angélica Fernandes	Mestre e Doutoranda
Teorias Clássicas da Geopolítica	30	André Galindo da Costa	Doutor
Modelos de Análise Política	30	André Galindo da Costa	Doutor
<i>Carga Horária do Módulo de Política</i>	150		
TUTORIA E ORIENTAÇÃO	90	90 horas do curso serão dedicadas à tutoria e orientação para realização do trabalho de conclusão de curso, de acordo com regulamentação específica disposta no regimento da Escola.	
TOTAL	450		

4. CORPO DOCENTE

No cômputo geral do corpo docente há 2 mestre, 4 Doutores, 2 Mestres/Doutorandos.

A coordenação pedagógica será exercida por André Galindo da Costa, Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, integrante do corpo docente e que institucionalmente responde pela Coordenação da Pós-Graduação da Escola de Gestão e Contas do TCMSP. A coordenação científica será exercida pelos professores integrantes do corpo docente Me. Maria Angélica Fernandes, Mestre em Ciências Sociais pela PUC de São Paulo, Dr. Silvio Gabriel Serrano Nunes, Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo e Prof. Me. Julio de Souza Comparini, Mestre em Filosofia pela Universidade de São Paulo.

No Anexo I, constam os mini-currículos do corpo docente.

5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

Início das atividades acadêmicas

Será aberta 1 (uma) turma de 50 (cinquenta) discentes, sextas pelas noites (das 19h às 22h) e sábados pela manhã (das 9h às 12h) e tarde (das 13h às 16h) com início em agosto de 2023 e término em outubro de 2025. O cronograma detalhado encontra-se no Anexo III.

Número de funcionários administrativos disponíveis para o curso

A Escola de Contas conta com os seguintes setores e seus respectivos funcionários para atendimento dos alunos:

Direção da Escola: 01
Direção Pedagógica: 01
Coordenação da Pós-Graduação: 01
Expediente Geral (Secretaria): 04
Supervisão Administrativa: 03
Supervisão de Informática: 03
Supervisão de Serviços Gerais: 03
Total: 16 funcionários



Previsão de trabalhos discentes/ Avaliação

Em cada disciplina serão realizados pelos alunos estudos, provas, apresentação de seminários, trabalhos em grupo e individual, escrita de texto e elaboração de trabalhos escritos.

Como forma de avaliação serão considerados critérios como a participação em sala de aula, a realização dos trabalhos demandados ao longo da disciplina e as notas obtidas em provas e seminários.

Período / carga horária / número de vagas

Novas turmas deste curso poderão ser oferecidas nos períodos: a) matutino, das 9 às 12h; b) vespertino, das 14 às 17h e c) noturno, das 19 às 22h.

Esta pós-graduação está estruturada em 12 (doze) disciplinas com carga horária total de 360 horas, com duração total prevista de aulas das disciplinas de 24 (vinte e quatro) meses, prevendo-se a organização de turmas com até 50 (cinquenta) vagas. 90 horas do curso serão dedicadas à tutoria e orientação para realização do trabalho de conclusão de curso. O curso totaliza 450 horas.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O processo de construção do trabalho de conclusão de curso (TCC) irá iniciar com as aulas das disciplinas, nas quais serão disponibilizadas aos os métodos necessários para que o mesmo tenha rigor na produção de seu trabalho de conclusão de curso.

90 horas do curso serão dedicadas à tutoria e orientação para realização do trabalho de conclusão de curso, de acordo com regulamentação específica disposta no regimento da Escola.

O objetivo do TCC será apresentar uma tese vinculada à uma das disciplinas do curso, com ideias inovadoras e fundamentadas de acordo com os princípios da metodologia científica e que tragam contribuições para a área de estudo.

Manual do aluno

Será disponibilizado no ato da matrícula ao corpo discente o Manual do Aluno em que estarão previstas informações imprescindíveis para o cumprimento das exigências pedagógicas deste programa, tais como: situações de abono de faltas, processo de desistência ou desligamento, requisitos e orientações para elaboração do TCC, direitos e deveres do discente, outorga do certificado de conclusão do curso, regime disciplinar, entre outras informações relevantes.

6. RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

As aulas irão transcorrer em sala equipada com diversos recursos, tais como: projetor multimídia, telas, quadros brancos e microcomputador. Adicionalmente, em todas as salas de aula há equipamento de ar- condicionado, telefone e acústica adequada.

7. EXIGÊNCIAS PARA CERTIFICAÇÃO

A conclusão do curso dar-se-á quando o aluno:

- a) for aprovado com nota final mínima 7,0 (sete) em cada disciplina;
- b) obtiver frequência mínima de 75% em cada disciplina;
- c) apresentar no prazo estipulado o TCC, com nota mínima 7,0 (sete).

Os alunos aprovados no curso farão jus ao Certificado de Conclusão do Curso de Especialização, outorgado pela Escola de Contas.

São Paulo, 05 de maio de 2023

ANDRÉ GALINDO DA COSTA
Coordenador Técnico II – Pós-Graduação

RICARDO EPAMINONDAS LEITE
OLIVEIRA PANATO
Diretor-Presidente da Escola de Gestão e
Contas



ANEXO I – CURRÍCULOS LATTES DO CORPO DOCENTE

ANDRÉ GALINDO DA COSTA

Possui graduação em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009), licenciatura em Administração pela Faculdade de Tecnologia de São José do Rio Preto (2011), mestrado em mudança social e participação política pela Universidade de São Paulo (2014) e doutorado em ciências da integração da América Latina. Atualmente é coordenador dos cursos de pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCM-SP. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade e Finanças Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, orçamento público, conselhos de políticas públicas, orçamento participativo e financiamento do esporte.

DANIEL BRUNO DA SILVA

Possui graduação em Ciências Sociais pela Faculdade Faceres (2009). Mestre em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bolsista CNPq. Atualmente é professor nas escolas técnicas (ETECs) do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, onde leciona Sociologia, História, Ética e Filosofia. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Controle Social na Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Desenvolve o Projeto Participação Social nos Gastos Públicos de Novo Horizonte SP, e Projeto Construindo a Cultura de Participação Social e Governo Aberto no município de São Paulo. Doutorando em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

DANILO ANDRÉ FUSTER

Possui graduação em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo - USP e mestrado em Gestão de Políticas e Organizações Públicas pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Mestrando em Gestão de Políticas Públicas pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Atualmente é professor da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCM-SP.



JULIO DE SOUZA COMPARINI

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo, mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo e doutorado (em andamento) em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

LUIS EDUARDO MORIMATSU LOURENÇO

Graduações em Direito e Filosofia Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Filosofia e Especialista em Direito Constitucional Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Assessor e Docente da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Tem interesse nas seguintes áreas: História da Filosofia austro-alemã; Epistemologia e Filosofia da Ciência (ênfase sobre o desenvolvimento, lógica e metodologia das ciências humanas e sociais); Filosofia Política e do Direito; Interpretação Jurídica; Teoria Constitucional contemporânea; Constitucionalismo e Políticas Públicas; Teoria Geral do Estado e Ciência Política; Teoria da Democracia; Direitos Fundamentais; Federalismo e a questão municipal.

MARIA ANGÉLICA FERNANDES

Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (1992), mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010). Doutoranda em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (2020). Foi gestora pública na Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (2011). Atualmente, trabalha no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Tem experiência na área de Comunicação e Sociologia de Gênero, Estudos Feministas e Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado. Mulheres. Feminismo. Participação Política. Representação.



SILVIO GABRIEL SERRANO NUNES

Bacharel (2007), Licenciado (2009), Mestre (2011) e Doutor (2017) em FILOSOFIA pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa outorgada pelo Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE / CAPES para estágio na UNIVERSITÉ PARIS 1 PANTHÉON - SORBONNE sob a supervisão do Professor Doutor Bertrand Binoche para o período de Maio a Dezembro de 2015. Bacharel em DIREITO pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP / 2003), Advogado (2004) e Especialista em DIREITO ADMINISTRATIVO pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP / 2008). Professor do Mestrado Acadêmico em Direito Médico da UNISA. Atua nas áreas de FILOSOFIA POLÍTICA e DIREITO PÚBLICO com ênfase em ÉTICA, POLÍTICA, DIREITO CONSTITUCIONAL e DIREITO ADMINISTRATIVO. Pesquisa a questão do DIREITO DE RESISTÊNCIA e a REFORMA PROTESTANTE nas origens do ESTADO MODERNO e seus desdobramentos, com ênfase na tradição do CONSTITUCIONALISMO CALVINISTA e seu legado em institutos contemporâneos de Direito Público como o CONTROLE JURISDICIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, o CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS e o conceito de LEIS FUNDAMENTAIS. Outro ponto relevante na pesquisa consiste na análise das QUESTÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PODER POLÍTICO, uma discussão frequente nos tratados políticos dos calvinistas no século XVI. Foi Professor de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Ciência Política e Filosofia Jurídica na Universidade Nove de Julho (2017-2019). Professor da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município da disciplina "Organização Administrativa do Estado" (DIREITO ADMINISTRATIVO) no Curso de Especialização em "Gestão e Controle Externo das Contas Públicas". Professor de História do Direito da EBRADI - Escola Brasileira de Direito. Pesquisador do IBContas - Instituto Brasileiro de Contas Públicas. Professor Convidado do Curso de Pós- Graduação Lato Sensu em Direito Constitucional - COGEAE/PUC-SP. Paralelamente às atividades regulares de pesquisa em Filosofia Política e Direito Público mencionadas, estuda: SEGUNDA REPÚBLICA ESPANHOLA, GUERRA CIVIL ESPANHOLA, DITADURA FRANQUISTA, O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA DA ESPANHA E SUA REPERCUSSÃO NA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL, CONSTITUIÇÃO ESPANHOLA DE 1978 E SUA INFLUÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988.

VALDIR BUQUI NETTO

Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo(2014), mestrado em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades pela Universidade de São Paulo(2019) e ensino-medio-segundo-graupelo Colégio Anglo Carlos Chagas Filho(2009). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público.



ANEXO II – EMENTAS DAS DISCIPLINAS



Dissciplina	Curso	Horas de Aula	Total de Encontros	Professor
A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos e os Documentos Fundamentais da História do Constitucionalismo.	Especialização em Ética e Filosofia Política	30	10	Me. Valdir Buqui Netto

JUSTIFICATIVA

Pretende - se abordar aspectos conceituais da afirmação histórica dos direitos humanos e os documentos fundamentais da história do constitucionalismo.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Compreender os fundamentos filosóficos da afirmação histórica dos direitos humanos e os documentos fundamentais da história do constitucionalismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01

Sentido e Evolução dos Direitos Humanos
Magna Carta 1215
Lei de Habeas-Corpus – Inglaterra 1679
Declaração de Direitos (Bill of Rights) – Inglaterra, 1689

Aula 02

A Declaração de Independência e a Constituição dos Estados Unidos da América do Norte

Aula 03

As Declarações de Direitos da Revolução Francesa
A Constituição Francesa de 1848

Aula 04

A Convenção de Genebra de 1864

Aula 05

A Constituição Mexicana de 1917
A Constituição Alemã de 1919 (República de Weimar)

Aula 06

A Convenção de Genebra sobre a Escravatura - 1926

A Convenção Relativa ao Tratamento de Prisioneiros de Guerra - Genebra, 1929

Aula 07

A Carta das Nações Unidas
A Declaração Universal dos Direitos Humanos- 1948
A Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio - 1948
As Convenções de Genebra de 1949, sobre a Proteção das Vítimas de Conflitos Bélicos



Aula 08

A Convenção Europeia dos Direitos Humanos - 1950
Os Pactos Internacionais de Direitos Humanos de 1966
A Convenção Americana de Direitos Humanos - 1969
A Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural - 1972

Aula 09

A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Direitos dos Povos - 1981
A Convenção sobre o Direito do Mar – 1982

Aula 10

A Convenção sobre a Diversidade Biológica - 1992
O Estatuto do Tribunal Penal Internacional de 1998
A Humanidade no Século XXI: a Grande Opção

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Participação, trabalhos, seminários e demais atividades apresentadas em sala de aula servirão para compor a nota dos alunos na disciplina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008

ESCRIVÃO FILHO, Antonio; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

ESCRIVÃO FILHO, Antonio; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

FASOLT, Constantin. **The Limits of History**. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

FERRY, Luc. **Kant: Uma Leitura das Três "Críticas"**. 2.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **O corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2006. Capítulo 1. Páginas 16-34

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. Curso dado no Collège de France, 1981-1982. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

FOUCAULT, Michel **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009a.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**.

MAUÉS, António Moreira. Supralegalidade dos tratados internacionais de direitos humanos e interpretação constitucional. In. LOPES, Ana Maria D'Ávila, MAUÉS, António Moreira (org.). **A eficácia nacional e internacional dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SOUZA, Thais Diniz Coelho de. **Seletividade Racial do Sistema Penal Brasileiro: origem, mecanismos de manutenção e sua relação com a vulnerabilidade por culpabilidade**. Cadernos do CEAS, Salvador, n. 238, p. 611-626, 2016.



Disciplina	Curso	Horas de Aula	Total de Encontros	Professor
Ética I	Especialização em Ética e Filosofia Política	30	10	Me. Daniel Bruno da Silva

JUSTIFICATIVA

Trata-se de investigar a experiência da vida humana naquilo que ela possui de mais característico, passando por temas como a dialética de sua condição, a ação, a felicidade, a finalidade, aliberdade, a obrigação, a sanção, o bem e os valores no geral, etc. Com bases conceituais bem firmadas, pode-se, então, pesquisar as tomadas de decisão que se impõem ao ser humano ao longo de sua vida, tanto na perspectiva individual, como na perspectiva social.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Apresentar alguns dos principais problemas e concepções da ética na Filosofia Antiga e Medieval, oferecendo aos estudantes condições de identificar e refletir acerca dos mesmos a partir dos autores e temas apresentados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01

Ética e Moral: conceitos

Aula 02

Liberdade e Determinismo: do mito à filosofia

Aula 03

O surgimento da Filosofia moral no pensamento clássico grego: Sócrates e os Sofistas

Aula 04

Ética no Pensamento de Platão

Aula 05

Ética no Pensamento de Aristóteles

Aula 06

As concepções éticas no Pensamento Helenista: Estoicismo, Epicurismo, Cinismo e Ecletismo

Aula 07

Ética na Filosofia Romana: Cícero e Sêneca

Aula 08

O nascimento da Filosofia Cristã e a Ética Medieval

Aula 09

Ética na Filosofia Patrística: Santo Agostinho

Aula 10

Ética na Filosofia Escolástica: São Tomás de Aquino

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados por meio da exposição de dois seminários em grupo, que valerão 5,0 pontos cada um, bem como pela participação em aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Ed. UnB, 1985. _____. **Ética a Nicômacos**. 3. ed. Brasília: Ed. UnB, 1999.

BRANDÃO, Junito. **Mitologia grega**. 2 vols. Petrópolis: Vozes, 1987.

CHÂTELET, François. **História da Filosofia**. 8 vols. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995. COMMONS. **Creation of Man**. 2011. Disponível em: . Acesso em: 1º abr. 2014.

ECO, Umberto. **Entrevista concedida a Roger Pol Droit**. Folha de São Paulo, São Paulo, 3 de abril de 1994, Caderno MAIS, p. 7.

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1980.

_____. **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **A civilização do Ocidente medieval**. Bauru: EDUSC, 2005.

PLATÃO. **A República**. Livro VII. As notas são de Bernard Piètre. São Paulo: Atica, 1989. p. 46-50.

_____. **O Banquete**. In: MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 28-30.

_____. **Apologia de Sócrates**. Banquete. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório. Estudos de antropologia da civilização**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e sociedade na Grécia antiga**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

_____. **As origens do pensamento grego**. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

_____. **Entre mito e política**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002. URUTAGUA. [Maquiavel]. [2008]. Disponível em: . Acesso em: 2 abr. 2014.



Disciplina	Curso	Horas de Aula	Total de Encontros	Professor
Ética II	Especialização em Ética e Filosofia Política	30	10	Me. Luis Eduardo Morimatsu Lourenço

JUSTIFICATIVA

Trata-se de investigar a experiência da vida humana naquilo que ela possui de mais característico, passando por temas como a dialética de sua condição, a ação, a felicidade, a finalidade, a liberdade, a obrigação, a sanção, o bem e os valores no geral, etc. Com bases conceituais bem firmadas, pode-se, então, pesquisar as tomadas de decisão que se impõem ao ser humano ao longo de sua vida, tanto na perspectiva individual, como na perspectiva social.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Apresentar alguns dos principais problemas da ética moderna, oferecendo aos estudantes condições de identificar e refletir acerca dos mesmos a partir dos autores e temas selecionados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01

O século XVIII britânico.

Aula 02

O século XVIII francês.

Aula 03

Introdução à filosofia kantiana: razão prática e teórica à luz do conceito clássico de ciência

Aula 04

Primeira avaliação

Aula 05

Kant: a primeira seção da Fundamentação da Metafísica dos Costumes

Aula 06

Kant: a segunda seção da Fundamentação da Metafísica dos Costumes

Aula 07

A escola histórica alemã: seria possível uma ética universal diante da historicidade das pretensões



humanas?

Aula 08

Hegel e Marx: o longo século XIX

Aula 09

Segunda avaliação

Aula 10

O darwinismo social

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados por meio de duas avaliações, que valerão 5,0 pontos cada uma, bem como pela participação em aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Lawrence (Ed.). *A history of western ethics*. Londres: Routledge.

BEISER, Frederick. *Depois de Hegel: a Filosofia alemã de 1840 a 1900*. São Leopoldo: Unisinos, 2017.

BOURKE, Vernon J. *History of Ethics, volume 2*. Nova York: Image Books.

CAVALIER, Robert J; GOUINLOCK, James; STERBA, James (Ed.). *Ethics in the history of western Philosophy*. Londres: Macmillan Press.

CRISP, Roger (Ed.). *The Oxford handbook of the history of ethics*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Loyola, 2010

_____. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 2004.

HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. São Paulo: Unesp, 2004.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos Costumes*. Lisboa: edições 70, 2009.

_____. *Metafísica dos costumes*. Petrópolis: Vozes, 2013.

MACINTYRE, Alasdair. *A short history of Ethics*. Nova York: Macmillian Publishing Company.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013.

TUGENDHAT, Ernst. *Lições sobre ética*. Petrópolis: Vozes, 1996.

Disciplina	Curso	Horas de Aula	Total de Encontros	Professor
Ética III	Especialização em Ética e Filosofia Política	30	10	Me. Julio de Souza Comparini

JUSTIFICATIVA

Trata-se de investigar a experiência da vida humana naquilo que ela possui de mais característico, passando por temas como a dialética de sua condição, a ação, a felicidade, a finalidade, aliberdade, a obrigação, a sanção, o bem e os valores no geral, etc. Com bases conceituais bem firmadas, pode-se, então, pesquisar as tomadas de decisão que se impõem ao ser humano a longo de sua vida, tanto na perspectiva individual, como na perspectiva social.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Apresentar alguns dos principais problemas da ética contemporânea, oferecendo aos estudantes condições de identificar e refletir acerca dos mesmos a partir dos autores e temas selecionados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01

Nietzsche: além do bem e do mal.

Aula 02

Stuart Mill: utilitarismo.

Aula 03

Weber: ciência e política como vocações.

Aula 04

Freud: o mal-estar na civilização.

Aula 05

Foucault: cuidado de si e uso dos prazeres.

Aula 06

Rawls: ética, instituições, direitos e deveres.

Aula 07

Habermas: ética do discurso e razão.

Aula 08

Sandel: a tirania do mérito.

Aula 09

Lipovetsky: a estetização do mundo contemporâneo.

Aula 10

Han: sociedade do cansaço.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados por meio da exposição de dois seminários em grupo, que valerão 5,0 pontos cada um, bem como pela participação em aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade, volume 2: o uso dos prazeres*. São Paulo: Paz & Terra.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Penguin Companhia das Letras.

HABERMAS, Jurgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

LIPOVETSKY, Gilles. *A sociedade da sedução: democracia e narcisismo na hipermodernidade liberal*. Barueri, São Paulo: Manole.

LIPOVETSKY, Gilles & SERROY, Jean. *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de ética: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar.

MILL, John Stuart. *O utilitarismo*. São Paulo: Iluminuras.

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Companhia das Letras.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das Letras.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes.

SANDEL, Michael. *A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix.

Disciplina	Curso	Horas de Aula	Total de Encontros	Professor
Teoria Geral do Direito	Especialização em Ética e Filosofia Política	30	10	Me. Luis Eduardo Morimatsu Lourenço

JUSTIFICATIVA

A Teoria Geral do Direito estuda os fundamentos mais gerais do Direito enquanto disciplina científica autônoma, refletindo sobre pressupostos verdadeiramente fundamentais para a compreensão de qualquer ordenamento jurídico em específico. Entre os temas estudados pela disciplina, poderíamos destacar: a natureza da norma jurídica, estrutura do ordenamento jurídico, a distinção entre direito, ética e política, princípios gerais do Direito, conceitos e categorias jurídicas básicas, fontes do Direito, entre outros importantes tópicos.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Delimitar e esclarecer os fundamentos mais básicos do Direito enquanto disciplina delimitada, enfatizando sempre a necessidade de se articular Direito e contexto sócio-histórico. Reitere-se que o curso não se destina tão somente aos profissionais da área do Direito; neste sentido, empreender-se-á grande esforço no sentido da maior clareza possível quando da exposição e da linguagem empregada. Crê-se que uma mínima compreensão dos aspectos mais gerais destas doutrinas é capaz de contribuir ao exercício da cidadania em seu sentido mais pleno, para além do saber jurídico enquanto disciplina altamente especializada e totalmente alheia ao mundo da vida

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01

- Centralização do poder político e o monopólio da produção normativa.

Aula 02

- Jusnaturalismo, positivismo e realismo: qual é a especificidade do Direito enquanto disciplina autônoma?

Aula 03

- Teoria da norma jurídica (1ª parte)

Aula 04

- Teoria da norma jurídica (2ª parte)



Aula 05

- Primeira avaliação.

Aula 06

- Direito e fatos sociais (1ª parte)

Aula 07

- Direito e fatos sociais (2ª parte)

Aula 08

- Princípios gerais do Direito (1ª parte)

Aula 09

- Segunda avaliação.

Aula 10

- Princípios gerais do Direito (2ª parte)

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os estudantes serão avaliados por meio de duas avaliações, que valerão 5,0 pontos cada uma, bem como pela participação nos debates suscitados em aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONAVIDES, Paulo. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Malheiros, 2018.

BERGEL, Jean-Louis. *Teoria Geral do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2015.

DOEHRING, Karl. *Teoria do Estado*. Belo Horizonte: Del rey, 2008.

EDMUNDSON, William. *Uma Introdução aos direitos*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FERRAZ JR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito*. São Paulo: Atlas, 2019.

FLEINER-GERSTER, Thomas. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HELLER, Hermann. *Teoria del Estado*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

JELLINEK, Georg. *Teoria General del Estado*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

NADER, Paulo. *Introdução ao estudo do Direito*. São Paulo: Forense, 2020.

ZIPPELIUS, Reinhold. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2016

Disciplina	Curso	Horas de Aula	Total de Encontros	Professor
Teoria Política I: Antiga e Medieval	Especialização em Ética e Filosofia Política	30	10	Dr. Silvio Gabriel Serrano Nunes

JUSTIFICATIVA

Pretende-se abordar aspectos conceituais do pensamento jurídico e político da Antiguidade Clássica e na Idade Média, mediante o estudo da Filosofia de autores do período como Platão, Aristóteles, Cícero, Sêneca, Marco Aurélio, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Compreender os fundamentos filosóficos da Política, da Ética e do Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01 – Apresentação do curso. Discussão sobre os conceitos de Política, Direito, Filosofia e Ética.

Indicação dos temas para os seminários.

Aula 02 – Aspectos gerais da Filosofia na Antiguidade Clássica. Filosofia Política e Teoria do Direito em Platão.

Aula 03 – Filosofia Política e Teoria do Direito em Aristóteles.

Aula 04 – Filosofia Política e Teoria do Direito em Cícero, Sêneca e Marco Aurélio.

Aula 05 – Seminários – “A República” de Platão.

Aula 06 – Filosofia Política e Teoria do Direito em Santo Agostinho.

Aula 07 – Filosofia Política e Teoria do Direito em São Tomás de Aquino.

Aula 08 – Filosofia Política e Teoria do Direito em Guilherme de Ockham.

Aula 09 – “Os Dois Corpos do Rei “ (Ernest Kantorowicz). A Revolução Papal: o Direito Canônico e os Direitos Seculares na Idade Média (Harold Berman). Conciliarismo versus Papismo.

Aula 10 – Seminários - STREFLING, Sérgio Ricardo A Filosofia Política na Idade Média. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2016.

Encerramento da disciplina.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Apresentação de dois seminários em grupo: um sobre o pensamento político, ético e jurídico na Antiguidade Clássica e outro sobre esse pensamento na Idade Média.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo, Atlas, 2009.

_____. *Política*. Bauru, SP: Edipro, 2019.

CÍCERO, M. T. *As Catilinárias*. Lisboa: Edições 70, 2006.

_____. *Da República*. Bauru, SP: Edipro, 2011.

COMPARINI, J. "Fundamentos do direito nas Leis de Platão". 2015. 109 folhas. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo.

CROPSEY, J. & STRAUSS, L. *História da Filosofia Política*. São Paulo: Forense Universitária, 2013.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *As Leis*. Belém: UFPA, 1980.

.....
Chauí, M. *Introdução à História da Filosofia: As Escolas Helenísticas*. Companhia das Letras, São Paulo, 2010.

Inwood, B. (org.). *Os Estoicos*. Tradução de Paulo Fernando T. Ferreira. São Paulo: Odysseus, 2006.

Laurand, V. *La politique stoïcienne*. Paris: Presses Universitaires de France – PUF, 2005.

Sêneca. *Tratado sobre a clemência (De clementia)*. (Intr., trad. e notas de I. Braren) Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. *De Clementia*. Tradução, edição e comentários Susanna Braund. Oxford : Oxford University Press, 2009.

_____. *Epistulae Morales (Cartas a Lucílio)*. Tradução e notas de J. Segurado e Campos. 4ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

AURÉLIO, M. *Meditaciones*. Madrid: Gredos, 1977.

_____. *Meditações*. São Paulo: Cultrix: São Paulo, 1973.

CICERO. *De re publica. De legibus*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

_____. De re publica. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____. De re publica: edited by James E.G. Zetzel. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____. Ziegler, K. M. Tullius Cicero: De Re Publica – Librorum sex quae manserunt sextum recognouit. Leipzig: Teubner, 1969.

_____. On The Commonwealth. Indianapolis: Liberal Arts, sem data.

_____. De officiis. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

_____. Dos deveres. Lisboa, Edições 70, 2000.

BERNARDO, I. P. O De Re Publica, de Cícero: natureza, política e história. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

_____. Política e História em Cícero: do Conhecimento da Natureza à Ação Política. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

BERNARDO, I. P. Catilinarie: discursos que trazem o testemunho dos ataques à República. Revista Lampião, v. 1, p. 182-201, 2020.

BERNARDO, I. P. Cícero: o conceito de república. Cadernos do ILP (ALESP), v. 1, p. 157-163, 2020.
BERNARDO, Isadora Prévide ; NUNES, Silvio Gabriel Serrano . A filosofia política de Marco Aurélio: o estoicismo do Imperador Filósofo. Cadernos do ILP (ALESP), v. 1, p. 177-181, 2020.

BERNARDO, I. P. De Re Publica, II, de Marco Túlio Cícero: a república não serpenteia, mas voa para um ótimo estado. Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade, v. 23, p. 83- 106, 2019.

PEREIRA FILHO, G.; BERNARDO, I. P. JUSTIÇA E ÉTICA COMO FUNDAMENTOS DO DIREITO NA FILOSOFIA ANTIGA. Sapere Aude: Revista de Filosofia, v. 9, p. 329-350, 2018.

BUENO, Taynam Santos Luz. Formação moral e ação política em Sêneca: entre o sábio e o princeps. 2016. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.8.2016.tde-13122016- 123217.

GRIMAL, P. Marco Aurélio: o imperador filósofo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

HADOT, P.. Les « Pensées » de Marc-Aurèle. Bulletin de l'Association Guillaume Budé, n° 2, jun. 1981, p.183-191.

_____. La Citadelle Intérieure: introduction aux Pensées de Marc Aurèle. Paris: Fayard, 1992.

ONESKO, S. A. O Pensamento político estoico e a idealização do governo de Marco Aurélio. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, 2017.

.....AGOSTINHO. A
Cidade de Deus Contra os Pagãos. 2 vols. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2006.

AQUINO, S. Tomás de. Súplica Teológica. In: Souza Neto, Francisco Benjamin de (org.). Escritos Políticos. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Do Reino ou do governo dos príncipes ao Rei de Chipre. In: Souza Neto, Francisco Benjamin de (org.). Escritos Políticos. Petrópolis: Vozes, 1997.

OCKHAM, Guilherme. Brevilóquio Sobre o Principado Tirânico. Petrópolis: Vozes, 1988.

BERMAN, Harold J. Direito e Revolução. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

BURNS, J. H.; IZBICKI, T. M. Conciliarism and Papalism. Cambridge, University Cambridge Press, 1997. (Col. Cambridge Texts in the History of Political Thought).

KANTOROWICZ, Ernest H. Os Dois Corpos do Rei. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NUNES, Silvio Gabriel Serrano. NUNES, Silvio Gabriel Serrano. Constitucionalismo e resistência em Théodore de Bèze: secularização e universalidade do direito de resistir na obra de Du Droit des Magistrats sur leurs sujets de 1574. 2010. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/D.8.2011.tde-23052011-145729. (Capítulo II).

_____. As origens do constitucionalismo calvinista e o direito de resistência: a legalidade bíblica do profeta em John Knox e o contratualismo secular do jurista em Théodore de Bèze. 2017. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.8.2017.tde12062017-105723. (Capítulo 01, item 1.6).

_____. As Teses do Conciliarismo de Jacques Almain e John Mair e a Defesa da Supremacia Papal de Tommaso de Vio. In: Franco, José Eduardo; Rodríguez, José Ignacio Ruiz; Abreu, José Paulo de; Cieszynska, Beata. (Org.). Concilio de Trento: Innovar en la Tradición Historia, Teología y Proyección. 01ed. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá de Henares, 2016, v. 01, p. 311-316.

OAKLEY, Francis. The Conciliarist Tradition, Constitutionalism in the Catholic Church 1300- 1870. Oxford: Oxford University Press, 2003.

STREFLING, Sérgio Ricardo A Filosofia Política na Idade Média. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2016.

Disciplina	Curso	Horas de Aula	Total de Encontros	Professor
Teoria Política II : Moderna	Especialização em Ética e Filosofia Política	30	10	Dr. Silvio Gabriel Serrano Nunes

JUSTIFICATIVA

Pretende-se abordar aspectos conceituais do pensamento jurídico e político da Idade Moderna, mediante o estudo da Filosofia de autores do período como Maquiavel, Lutero, Calvino, Hobbes, Filmer, Bossuet, Locke, Voltaire, Alexander Hamilton, James Madison e John Jay.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Compreender os fundamentos filosóficos da Política, da Ética e do Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01 - O desenvolvimento dos costumes na idade moderna em Norbert Elias

Aula 02 – quarta-feira - A formação do Estado Moderno em Norbert Elias

Aula 03 - quarta-feira - Filosofia Política e Teoria do Direito em Nicolau Maquiavel

Aula 04 - quarta-feira –Filosofia Política e Teoria do Direito na Reforma Protestante e as Revoluções Liberais (Calvinistas) na Idade Moderna

Aula 05 - quarta-feira – Seminário “O Príncipe” de Nicolau Maquiavel

Aula 06 - Filosofia Política e Teoria do Direito em Thomas Hobbes, Robert Filmer e Jacques-Bénigne Bossuet.

Aula 07 - Filosofia Política e Teoria do Direito em John Locke. A Revolução Gloriosa e o Bill of Rights.

Aula 08 - 23/06/2021 – quarta-feira – Filosofia Política e Teoria do Direito em Jean-Jacques Rousseau.

Aula 09 - Filosofia Política e Teoria do Direito em “O Federalista” de “Publius” - Alexander Hamilton, James Madison e John Jay .

Aula 10 - Seminário “Tratado Sobre a Tolerância – A Propósito da Morte de Jean Calas” de Voltaire.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Apresentação de dois seminários em grupo: um sobre o pensamento político, ético e jurídico na Idade Moderna

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSSUET, Jacques-Bénigne. Discours sur l'Histoire Universelle. A Monseigneur le Dauphin. Paris: Flammarion, s.d.

BUENO, T. S. L. Representação, política e linguagem em Rousseau. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, USP, 2009.

CALVINO, João. A Instituição da Religião Cristã. 2 v. São Paulo: Unesp, 2007.

_____. Contre Les Anabaptistes. Brève Instruction Pour Armer Tous Bons Fidèles Contre les Erreurs de la Secte Commune des Anabaptistes. In: CALVIN. Oeuvres (Pléiade). Paris: Gallimard, 2009. p. 624-724.

_____. Poder Civil. In: BONI, Alberto De (org). Escritos Seletos de Martinho Lutero, Tomás Müntzer e João Calvino. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Sobre o Governo Civil. In: CALVINO, João. Lutero e Calvino, Sobre a Autoridade Secular. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASSISER, Ernst. A Filosofia do Iluminismo. Tradução de Álvaro Cabral. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

DERATHÉ, R. Rousseau e a ciência política de seu tempo. Tradução de Natália Maruyama. São Paulo: Discurso Editorial, 2009.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

_____. O processo civilizador: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

FERREIRA, Edimar Gonçalves. Voltaire e a tolerância. 2011. 101 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

FILMER, Robert. Patriarcha and other writings. Ed. Johan P. Somerville. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LOCKE, John. "Dois tratados sobre o governo". São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. "Ensaio político". São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MATOS, Olgária. A Escola de Frankfurt: Luzes e sombras do iluminismo. São Paulo: Ed. Moderna, 2001.

MARUYAMA, Natália. A Contradição entre o homem e o cidadão: Consciência e política em Jean-Jacques Rousseau. São Paulo: Editora Humanitas - FAPESP, 2001.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, Baron de la. Do espírito das leis. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

NUNES, Silvio Gabriel Serrano. Constitucionalismo. In: CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da; ISSA, Rafael Hamze; SCHWIND, Rafael Wallbach (Org.). Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Anotada: Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de Setembro de 1942. 1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2019.

_____. Constitucionalismo e resistência em Théodore de Bèze: secularização e universalidade do direito de resistir na obra de Du Droit des Magistrats sur leurs sujets de 1574. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-23052011-145729/pt-br.php>

_____. As origens do constitucionalismo calvinista e o direito de resistência: a legalidade bíblica do profeta em John Knox e o contratualismo secular do jurista em Théodore de Bèze. 2017. 408 f. Tese (Doutorado em Filosofia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-12062017-105723/es.php>

PUBLIUS (Alexander Hamilton, James Madison e John Jay). O Federalista. Brasília: Editora UNB, 1984.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O Contrato Social. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SALINAS FORTES, Luis Roberto. O Iluminismo e os reis filósofos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. Rousseau: Da teoria à prática. São Paulo: Ática, 1976.

SOUSA, Rodrigo Ribeiro de. O conceito de liberdade no Segundo Tratado sobre o governo de John Locke. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. “John Locke e a liberdade republicana”. Tese (Doutorado em filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUZA, Maria das Graças de. “Voltaire, leitor de Bayle: a questão da tolerância, in: XV Congresso Interamericano de Filosofia / II Congresso Ibero-americano de Filosofia, Lima, Peru, 2004 (Anais –

CD-ROM)

SPITZ, Jean-Fabien. "John Locke et les fondements de la liberté moderne". Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

STAROBINSKI, Jean. Jean-Jacques Rousseau: A Transparência e o obstáculo. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VOLTAIRE. Tratado Sobre a Tolerância – A Propósito da Morte de Jean Calas. Introdução, notas e bibliografia René Pomeau. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.



Disciplina	Curso	Horas de Aula	Total de Encontros	Professor
Teorias Clássicas da Geopolítica	Especialização em Ética e Filosofia Política	30	10	Dr. André Galindo da Costa

JUSTIFICATIVA

As dinâmicas internacionais que envolvem relações econômicas e políticas entre diferentes nações é uma marca desde a constituição dos primeiros estados. Em um mundo cada vez mais globalizado e complexo e em meio a crises sistêmicas e mudanças do polo de poder geopolítico torna-se necessário conhecer as fundamentações teóricas clássicas sobre as relações e estratégias entre o poder político e os espaços geográficos das nações.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Apresentar fundamentos teóricos que permita uma visão basilar sobre as teorias clássicas ocidentais de geopolítica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01

Introdução à geopolítica
Dante Alighieri: Poderes factuais

Aula 02

Nicolau de Cusa: Comunidade de Nações e Paz de Vestefália: 1648

Aula 03

Friedrich Ratzel: Espaço vital

Aula 04

Halford John Mackinder: Pivô geográfico

Aula 05

Alfred Thayer Mahan: Poder marítimo

Aula 06

Nicholas J. Spykman: Estratégia de contenção

Aula 07

Henry Kissinger: Dividir para reinar
Zbigniew Brzezinski: O grande jogo

Aula 08

Yevgeny Primakov: Paradigma
Teorias geopolíticas brasileiras: Escola Superior de Guerra

Aula 09

Giovanni Arrighi: Hegemonia mundial
Immanuel Wallerstein: Sistema mundial

Aula 10

Temas de destaque para a geopolítica contemporânea

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados por um trabalho em grupo que valerá 4,0 pontos e uma avaliação individual que valerá 6,0 pontos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIGHIERI, Dante. Monarquia. La Fonte, São Paulo. 2017.
- ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: UNESP/Contraponto. 1996.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. Game Plan: A Geostrategic Framework for the Conduct of the U.S.-Soviet Contest. Atlantic Monthly Pr: 1986.
- RATZEL, Friedrich. Antropogeographie, Die Geographie Verbreitung des Menschen (Zweiter Teil). Stuttgart: J. Engelhorn. 1891.
- HOBSBAWM, Eric A era dos impérios (1875-1914). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 546p. 1987.
- KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- MACKINDER, H. J. O pivô geográfico da história. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 15, n. 1, p. 88-100, 2011. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74189.
- MAHAN, Alfred Thayer. The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783. Dover Publications: 2016.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica e poder no Brasil Papyrus Editora: 1995.
- PRIMAKOV, Yevgeny. Russian Crossroads: Toward the New Millennium. Yale University Press: 2004.
- SPYKMAN, Nicholas John. America's strategy in world politics: The United States and the Balance of Power. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Co., 1942.
- WALLERSTEIN, Immanuel. 1974. The modern world-system: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the Sixteenth Century. New York: Academic Press.



Disciplina	Curso	Horas de Aula	Total de Encontros	Professor
<i>Compliance, Governança, LGPD e Cidadania</i>	Especialização em Ética e Filosofia Política	30	10	Dr. Silvio Gabriel Serrano Nunes

JUSTIFICATIVA

Pretende-se abordar aspectos dos institutos de *Compliance*, Governança, LGPD e Cidadania, analisando questões de governança pública e de governança privada, além do sistema eleitoral brasileiro e da cidadania.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Compreender os fundamentos éticos dos institutos de *Compliance*, Governança, LGPD e Cidadania.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01 –

Lei Anticorrupção Empresarial e *Compliance*.

Indicação dos temas para os seminários.

Aula 02 –

O Programa de *Compliance* como Incentivo ao Combate à Corrupção.

Aula 03 –

Avanços do Controle e no Combate à Corrupção Administrativa pela Transparência.

Aula 04 –

Compliance no Relacionamento com o Governo.

Aula 05 – Seminários .

Aula 06 –

Compliance Público e *Compliance* Privado.

Aula 07 –

Compliance e Direitos Humanos.

Aula 08 –

Cidadania e o Processo Eleitoral Brasileiro.

Aula 09 –

Compliance e Financiamento de Partidos Políticos e Candidatos.

Aula 10 –

Seminários.

Encerramento da disciplina.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Apresentação de dois seminários em grupo: sobre temas de *Compliance*, Governança, LGPD e Cidadania

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CADE. Guia Programas de Compliance. Orientações sobre estruturação e benefícios da adoção dos programas de Compliance concorrencial. Ministério da Justiça. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/publicacoes-institucionais/guias_do_Cade/guia-compliance-versao-oficial.pdf. Acesso em: 04 jan. 2019.

CGU. Controladoria Geral da União. Guia Prático das Unidades de Gestão de Integridade. Orientações para instituição, aperfeiçoamento e uniformização nos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. CGU. Brasília, 2019.

_____. Controladoria Geral da União. Guia prático de Gestão de Riscos para a Integridade. Orientações para administração pública federal direta, autárquica e fundacional. CGU. Brasília, 2018.

_____. Controladoria Geral da União. Manual para a implementação de Programas de Integridade. Orientações para o Setor Público. CGU. Brasília, 2017.

_____. Controladoria Geral da União. Guia de Implantação de Programa de Integridade nas Empresas Estatais. Orientações para Gestão da Integridade nas Empresas Estatais Federais. CGU. Brasília, 2015.

_____. Controladoria Geral da União. Guia de Integridade Pública. Orientações para

Administração pública federal: direta, autárquica e fundacional. CGU. Brasília, 2015.

CARNEIRO, Cláudio. Compliance e a Boa Governança: uma necessidade para o combate à corrupção no Brasil. 2017. Disponível em: <http://ibcompliance.com.br/index.php/2017/09/20/compliance-e-boa-governanca-uma-necessidade-para-o-combate-a-corrupcao-no-brasil/>. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. Compliance e Boa Governança: Pública e Privada. Juruá Editora. Curitiba: Juruá, 2018.

CARRANZA, Gonzalo; HEVIA, Francisco; LEDGARD, Denise. Compliance e a reputação na era da Governança Corporativa. LLORENTE & CUENCA. Portugal: Lima, 2018. Disponível em: https://ideas.llorenteycuenca.com/wp-content/uploads/sites/5/2018/10/181008_DI_informe_Compliance_BR.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

LIZARDO, Filipe Soares; VILHENA, Egle Prado. Justiça Eleitoral no Brasil: contribuições para o fortalecimento da democracia. Revista Eletrônica de Direito Eleitoral e Sistema Político - REDESP, São Paulo, v. 3, n. 2, p. [47-61], jul./dez. 2019.

NOHARA, Irene Patrícia; PEREIRA, Flávio de Leão Bastos (orgs.). Governança, Compliance e Cidadania. 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

RIBEIRO JÚNIOR, Antonio Joaquim. Direito eleitoral e compliance: a adoção do programa de conformidade como solução a crise dos partidos políticos no Brasil. Revista de Estudos Eleitorais, Recife, v. 2, n. 3, p. 14-33, jul. 2018.

TCU. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. Roteiro de Avaliação de Maturidade da Gestão de Riscos. Brasília: TCU, Secretaria e Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2018.

THE INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS (IIA). Normas Internacionais Para a Prática Profissional de Auditoria Interna (NORMAS). Flórida. USA, 2015. Disponível em: <https://na.theiia.org/translations/PublicDocuments/IPPF-Standards-2017-Portuguese.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2018.

VIEIRA, James Batista; BARRETO, Rodrigo Tavares de Souza. Governança, Gestão de Risco e Integridade. Brasília: ENAP, 2019.

ZYMLER, Benjamin. Lei Anticorrupção. Lei nº12.846/2013. Uma visão do controle externo. Belo Horizonte. Editora Fórum, 2016



Disciplina	Curso	Horas de Aula	Total de Encontros	Professor
Modelos de Análise Política	Especialização em Ética e Filosofia Política	30	10	Dr. André Galindo da Costa

JUSTIFICATIVA

Na segunda metade século XX criou-se certo consenso de que os estados-nações seriam organizados na forma de democracias liberais. Recebeu destaque o que ficou conhecido como teoria democrática que apresentou três modelos de análise política importantes: o elitismo, o pluralismo e o marxismo. Cada uma dessas três tradições é formado por um conjunto de pensadores que contribuem para o debate da análise política na contemporaneidade.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Apresentar o pensamento de autores que permitem o desenvolvimento dos principais modelos de análise política contemporânea.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01

Teoria Democrática Contemporânea: Modelo Democrático Competitivo

Aula 02

Elitismo: Gaetano Mosca

Aula 03

Elitismo: Vilfredo Pareto

Aula 04

Elitismo: Robert Michels

Aula 05

Elitismo crítico: Charles Wright Mills

Aula 06

Pluralismo: Joseph Schumpeter

Aula 07

Pluralismo: Robert Dahl

Aula 08

Marxismo: Ralph Miliband e Edward Thompson

Aula 09

Marxismo: Nicos Poulantzas

Aula 10

Marxismo: Claus Offe

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados por um trabalho em grupo que valerá 4,0 pontos e uma avaliação individual que valerá 6,0 pontos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAHL, Robert A. A democracia e seus críticos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- MICHELS, Robert. (1969) Los partidos políticos: un estudio sociológico de las tendencias oligarquicas de la democracia moderna. Buenos Aires: Amorrortu,. 231 p.
- MILIBAND, Ralph. O Estado na Sociedade Capitalista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- MILLS, Charles Wright. (1975) A elite do poder.3ªed. Rio de Janeiro: Zahar
- MOSCA, Gaetano. (2007) La Clase Política. In: BATLE, Albert (Org.) Diez Textos Básicos de Ciencia Política. 3ªed. Barcelona: Ariel, p.23-36.
- OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- PARETO, Vilfredo. Pareto. (1984) Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 43, São Paulo, Ática.
- POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classes Sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- THOMPSON, Edward. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2004.



Disciplina	Curso	Horas de Aula	Total de Encontros	Professor
História da Administração Pública no Brasil	Especialização em Ética e Filosofia Política	30	10	Me. Danilo André Fuster

JUSTIFICATIVA

A história política, jurídica e institucional vem sendo objeto de pesquisa que buscam identificar correntes de pensamento e principalmente mudanças de paradigmas da Administração Pública do País, verificando o contexto político, econômico e social e das narrativas históricas e imagens simbólicas criadas por intelectuais, homens públicos, tecnocratas e cronistas.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

A disciplina tem por objetivo apresentar a evolução da Administração Pública no Brasil desde 1500 até os dias atuais. O que nos leva a verificar os modelos de administração de diferentes formas, em regra possibilitando a experiência de modelos na administração pública em momentos diversos da nossa história do Estado brasileiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01

De 1500 a 1808 - formação da administração colonial

Aula 02

De 1808 a 1840 – a construção do Estado nacional

Aula 03

De 1840 a 1889 – o Estado monárquico - “representativo”

Aula 04

De 1889 a 1930 – o Estado na primeira República;

Aula 05

De 1930 a 1945 – a “burocratização” do Estado nacional

Aula 06

De 1945 a 1964 – o Estado nacional-desenvolvimentista

Aula 07

De 1964 a 1989 – o Estado e a modernização autoritária

Aula 08

De 1990 a 2002 – o Estado na era do gerencialismo

Aula 09

De 2002 a 2018 - o dualismo entre o gerencialismo e administração societal

Aula 10

Apresentação e discussão do trabalho final da disciplina

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos será feita na base de:

1 – Trabalho Intermediário (40%)

2 – Trabalho Final (50%)

3 – Assiduidade e participação nas discussões em sala de aula (10%)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Cadernos ENAP, Brasília, DF, ENAP, n. 10, 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado. Texto para Discussão n. 9. Brasília: DF: MARE/ENAP, 1996.

_____. Uma reforma gerencial da Administração Pública no Brasil. Brasília, DF: MARE, fevereiro de 1997. (mimeo)

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). Reforma do estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998..

COUTO, L.C. A Luta pelo Sistema de Mérito. Petrópolis: Editora Vozes, RJ, 1966.

GUERZONI FILHO, G. Tentativas e perspectiva de formação de uma burocracia pública no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 47, n. 1, p. 41 - 66, 22 jan. 2015.

LUSTOSA DA COSTA, Frederico. Brasil 200 anos de Estado: 200 anos de administração pública – 200 anos de reformas. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, setembro de 2008.

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. Manual de administração pública. São Paulo: Atlas, 2009.

MELO, Marcus André; COSTA, Nilson do Rosário. A difusão das reformas neoliberais: análise estratégica, atores e agendas internacionais. In: REIS, Elisa P.; ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; FRY, Peter (Org.). Pluralismo, espaço social e pesquisa. São Paulo, Hucitec, 1996. p. 153-176.

MEZZOMO KEINERT, T. Os Paradigmas da Administração Pública no Brasil (1900-1992). **Revista de Administração de Empresas**, vol. 34, n. 3, mai. 1994.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. O que é burocracia. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

NUNES, Edson de Oliveira. A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Brasília: ENAP, 1997.

RABELO, Fernanda Lima. O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945). Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, v. 3, n. 6, dezembro de 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. Desempenho e controle na reforma administrativa: texto para discussão n. 8. Brasília, DF: MARE/ENAP, 1996.



Disciplina	Curso	Horas de Aula	Total de Encontros	Professor
Teoria Política III : Contemporânea	Especialização em Ética e Filosofia Política	30	10	Me. Maria Angélica Fernandes

JUSTIFICATIVA

Pretende-se abordar aspectos conceituais do pensamento jurídico e político da Idade Contemporânea, mediante o estudo da Filosofia de autores do período como Nietzsche, Marx, Weber, Baudrillard, Foucault e Arendt.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Compreender os fundamentos filosóficos da Política, da Ética e do Direito na idade contemporânea.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01 - Apresentação da disciplina

Aula 02 - Filosofia Política e Teoria do Direito em Nietzsche

Aula 03 - Filosofia Política e Teoria do Direito em Marx

Aula 04 - Filosofia Política e Teoria do Direito em Weber

Aula 05 - Filosofia Política e Teoria do Direito no Positivismo Jurídico

Aula 06 - Filosofia Política e Teoria do Direito em Baudrillard

Aula 07 - Filosofia Política e Teoria do Direito em Derrida

Aula 08 – Filosofia Política e Teoria do Direito em Foucault

Aula 09 – Filosofia Política e Teoria do Direito em Arendt

Aula 10 - Avaliação

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia será aula expositiva dialogada, sempre objetivando o empenho do aluno, com eventual recurso a slides de conteúdos e a exibição de vídeos curtos, bem como de documentários de pequena duração.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação se dará a partir de resenhas críticas que os estudantes deverão fazer do textos indicados pelos professores.

RECURSOS DIDÁTICOS E FÍSICOS

As aulas irão transcorrer em salas e/ou auditório equipados com diversos recursos, tais como: projetor multimídia, telas, quadros brancos e microcomputador. Adicionalmente, em todas as salas de aula há equipamento de ar- condicionado, telefone e acústica adequada. As aulas poderão ocorrer no edifício sede da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas “Conselheiro Eurípedes Sales” do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, H. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BAUDRILLARD, J. A ilusão vital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BITTAR, E. C. B. & ALMEIDA, G. A. Curso de filosofia do direito. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- DERRIDA, J. Força de lei. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FILHO, A. A. & BARROS, V. S. C. Novo manual de ciência política. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
- FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir. Lisboa: Edições 70, 2013.
- KELSEN, H. Teoria pura do direito. 8. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- MARX, K. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MORRISON, W. Filosofia do direito: dos gregos ao pós-modernismo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.
- NIETZSCHE, F. Além do bem e do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- RAMOS, F. C. & MELO, R. & FRATESCHI, Y. Manual de filosofia política: para os cursos de teoria do estado e ciência política, filosofia e ciências sociais. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- STRAUSS, L. & CROPSEY, J. História da filosofia política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.
- WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2.

Brasília / São Paulo: Editora UnB / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEFFORT, F. (org.). Os clássicos da política. Volume 2 (Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Mill, Marx). 10. ed. São Paulo: Ática, 2005.

ANEXO III – CALENDÁRIO COM OS DIAS LETIVOS